



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 20/2021
Período: 12/06/2021 - 18/06/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Parlamentares pressionam pela saída do general Ramos da Casa Civil
- 2- Exército absolve militares pela morte de paraquedista
- 3- Forças Armadas farão nova ação para controlar desmatamento na Amazônia
- 4- Comandante da Aeronáutica declara apoio a deputada
- 5- Supremo Tribunal Federal mantém quebra de sigilo de Pazuello por considerá-lo personagem essencial na CPI da covid-19
- 6- Bolsonaro cita Forças Armadas durante evento com motociclistas em São Paulo
- 7- Desequilíbrio na cúpula da Defesa
- 8- Indisciplina militar causa atritos no país desde os anos 1950
- 9- CPI continua apurações sobre a gestão de Pazuello no Ministério da Saúde
- 10- Exército é afastado da fiscalização de clubes de tiro e armamentos, enfraquecendo rastreamento
- 11- Ministro da Defesa solicitou aumento da verba para as Forças Armadas, ressaltando possível sucateamento de equipamentos militares
- 12- Vacinação de contingente do Exército indica calendário prioritário para militares
- 13- Auditoria do Tribunal de Contas da União apontou que o governo subavaliou valores do regime previdenciário dos militares
- 14- Jornalista nota semelhanças em discursos de Temer e Mourão
- 15- Pedido do Ministério Público busca manter a investigação de atos antidemocráticos
- 16- Partidos da oposição acionam a Justiça contra sigilo do Exército sobre o caso da não punição a Pazuello

1- Parlamentares pressionam pela saída do general Ramos da Casa Civil
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, parlamentares alinhados ao presidente da República, Jair Bolsonaro, pedem a saída do general Luiz Eduardo Ramos da chefia da Casa Civil, alegando que o ministro teria dificuldades para atender os pedidos dos congressistas. A substituição da Casa Civil seria o início de uma reduzida reforma ministerial, que também englobaria a troca dos ministros do Meio Ambiente e do Turismo. Entretanto, a *Folha* apontou a especulação de que a Casa Civil não entrará na reforma por causa da proximidade entre Ramos e Bolsonaro. (*Folha de S. Paulo - Poder - 12/06/21*)

2- Exército absolve militares pela morte de paraquedista

Conforme reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército apontou três erros de militares que acarretaram a morte do paraquedista Pedro Chaves, de 19 anos, ocorrida há um ano. O presidente da República, Jair Bolsonaro, prestou homenagem ao militar durante o enterro e, segundo a mãe do jovem, junto a outros militares garantiu que a família seria amparada. Porém, a investigação concluiu que a morte foi uma “fatalidade” e a família não terá direito ao recebimento de pensão. A apuração do Exército teve como base a gravação do interior da aeronave e os depoimentos dos presentes. Segundo a *Folha*, o Ministério Público Militar concordou com o arquivamento do inquérito, e o Exército afirmou em nota que “O Comando Militar do Leste e a Brigada de Infantaria Paraquedista permanecem consternados pela perda e solidários à família do militar”. (Folha de S. Paulo - Poder - 12/02/21)

3- Forças Armadas farão nova ação para controlar desmatamento na Amazônia

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou que está sendo projetada uma nova ação das Forças Armadas para combater o desmatamento na Amazônia. A ação será coordenada pelo Ministério da Defesa, com duração de dois meses e custará 50 milhões de reais. De acordo com o jornal, especula-se que sejam utilizados militares das brigadas dos estados de Rondônia e do Pará. Mourão ainda afirmou que estão “definindo certinho para poder atacar de forma bem, vamos dizer assim, em massa, onde está acontecendo a maior parte do problema”. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 12/06/21)

4- Comandante da Aeronáutica declarou apoio a deputada

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) declarou em suas redes sociais ter ouvido o comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), o tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, afirmar ser seu eleitor e que seu trabalho como parlamentar estaria “honrando” o seu voto. A deputada afirmou ainda ser uma honra “ter o seu reconhecimento como meu eleitor”. O comandante não se pronunciou oficialmente, mas “curtiu” comentários de apoiadores na publicação. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/06/21)

5- Supremo Tribunal Federal mantém quebra de sigilo de Pazuello por considerá-lo personagem essencial na CPI da covid-19

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski negou no dia 12/06/2021 pedidos de suspensão da quebra de sigilo telefônico e telemático de alguns investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, que busca entender os responsáveis pelo agravamento da covid-19 no país. Entre os pedidos, está o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Ainda de acordo com o jornal, Lewandowski afirmou que a quebra do sigilo não é uma medida abusiva nem ilegal, e que Pazuello na CPI “é personagem essencial para o deslinde de todos os fatos que são objeto de investigação”. (Correio Braziliense - Política - 13/06/21)

6- Bolsonaro cita Forças Armadas durante evento com motociclistas em São Paulo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, em evento com motociclistas na cidade de São Paulo, no dia 12/06/2021, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou respeitar os militares e declarou à polícia militar presente no local que estes são auxiliares das Forças Armadas: "Vocês são auxiliares das Forças Armadas. Tenho certeza que, no cumprimento da lei e da ordem, pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais, nós estaremos juntos, aconteça o que acontecer". Ademais, o periódico *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo do general da reserva e ex-ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, explicando que o presidente tenta usar o Exército em seu projeto "chavista de poder". Segundo Santos Cruz, instituições sólidas são obstáculos para projetos pessoais de poder e no Brasil, em meio a diversas crises institucionais, o Exército, que junto com a Marinha e a Força Aérea constituem as instituições de maior prestígio do país, vem sofrendo com uma tentativa de erosão pelo presidente da República. Santos Cruz afirmou ainda que, de maneira sistemática, Bolsonaro vem testando o Exército e utilizando-o como uma ferramenta pessoal e partidária, o que acaba por levar, "de maneira covarde", o ônus para as Forças Armadas. Por outro lado, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, Jânio de Freitas afirmou que o silêncio e distanciamento da Força Aérea e da Marinha demonstram o não endosso a Bolsonaro, e que a grande dedicação das duas forças ao profissionalismo militar seria um empecilho na tentativa de fechamento do circuito golpista - referente a uma nota em 2018 feita pelo general Eduardo Villas Bôas que foi encarada como referência a uma interferência institucional. Ainda segundo o autor, para intervenções na vida política do regime, a unidade entre as três forças é crucial, dada a experiência histórica do século passado. Mesmo assim, segundo Freitas, Bolsonaro insistiria em tentar promover seu projeto, restando à Marinha e à Força Aérea a comprovação de sua dignidade a partir do comprometimento com o regime constitucional democrático. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/21)

7- Desequilíbrio na cúpula da Defesa

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a atual composição do Ministério da Defesa, após alteração feita pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, vem causando desequilíbrio entre as três forças, pois pela primeira vez desde a criação do Ministério, em 1999, há um protagonismo do Exército, o que quebra a tradicional estrutura tríplice da pasta. Além disso, o jornal relembrou que a tradição de um ministro civil chefiar a Defesa foi derrubada no governo de Michel Temer e segue até os dias atuais. Ainda de acordo com o periódico, em relação às mudanças feitas na cúpula pelo atual ministro, general Walter Braga Netto, em março de 2021, aparentemente causadas pela insatisfação de Bolsonaro em relação ao antigo comando do Exército, o ex-ministro da Defesa e deputado Aldo Rebelo revelou que "a preocupação sempre existiu para evitar que uma Força prevalecesse sobre as outras nas demandas por recursos para custeio e para projetos estratégicos". Segundo o *Estado*, as verbas que somam neste ano R\$103 bilhões estariam em jogo na disputa entre as três forças. Por fim, o periódico apresentou queixas feitas por um almirante da ativa de maneira

anônima - para não desrespeitar o estatuto militar - em que ele afirma que o domínio do Exército não é saudável. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/21)

8- Indisciplina militar causa atritos no país desde os anos 1950

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, manifestações políticas de militares que não foram reprimidas causam atritos nas mais diversas crises desde a segunda metade do século passado - referenciando a presença de Eduardo Pazuello em ato político com Jair Bolsonaro que não gerou punição ao militar. Segundo o jornal, entre os exemplos históricos está o ocorrido em 1955, quando o coronel do Exército Jurandir Bizarria Mamede fez um discurso em que deslegitimava o pleito eleitoral e acabou não sendo punido, embora o ministro da Guerra à época, general Henrique Lott, tenha sido favorável à repressão. Ao ser desautorizado pelo presidente interino, Carlos Luz, Lott organizou um “contragolpe” e garantiu a queda de Luz. Toda movimentação política garantiu a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, em 1956. Alguns anos depois, ainda segundo a reportagem, outro embate foi o que antecedeu o golpe militar de 1964, quando marinheiros se rebelaram dentro de um sindicato e apresentaram reivindicações salariais e trabalhistas. A *Folha* também relatou o caso de Gustavo Moraes Rego, general da reserva e chefe do gabinete militar no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que ficou cinco dias preso após criticar o último dos presidentes do período, João Baptista Figueiredo (1979-1985). Além disso, o jornal lembrou que durante a presidência de Dilma Rousseff (2011-2016) alguns militares da reserva escreveram críticas ao governo devido a instauração da Comissão Nacional da Verdade, mas nenhum responsável foi advertido. A *Folha* consultou a professora do departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, Maria Celina D’Araujo, segundo a qual as manifestações políticas por parte de militares não é novidade, e o que acontece é que, na atual conjuntura, as Forças Armadas não inspiram confiança em relação ao respeito às instituições democráticas e ao estado de direito, o que gera insegurança por parte da população. Antonio Carlos Will Ludwig, professor aposentado da academia da Força Aérea, concordou que a participação de militares na política não é novidade na história brasileira. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, o autor ressaltou que, por mais que a absolvição do general Eduardo Pazuello tenha sido muito comentada - tanto positiva, quanto negativamente -, em grande medida, as falas não alcançam o cerne do problema: “durante mais de um século quase nada foi feito para aperfeiçoar as relações civis-militares”. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 12/06/21)

9- CPI continua apurações sobre a gestão de Pazuello no Ministério da Saúde

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 apurou que durante a gestão do general da ativa Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, a quarentena no país foi praticamente encerrada pelo órgão federal. Segundo documentos enviados pelo próprio militar, os integrantes do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), chefiados na época pelo coronel da reserva Élcio Franco, decidiram em uma reunião em agosto de

2020 que os conceitos de quarentena e auto isolamento não poderiam mais ser usados em documentos técnicos. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, em depoimento para CPI, o ex-secretário da Saúde do Amazonas, Marcellus Campêlo, contradisse Pazuello ao afirmar que o governo amazonense teria avisado o Ministério da Saúde acerca do risco da falta de oxigênio em Manaus em 07/01/2021, três dias antes do que o declarado pelo general. Segundo o jornal, Pazuello afirmou à CPI que só teve ciência do que estava ocorrendo em Manaus dia 10/01/2021. No entanto, o general mudou seu discurso quando um documento comprovou uma ligação, feita ao ministro, no dia 07/01/2021, alertando sobre a necessidade de apoio logístico para o transporte de oxigênio de Belém para Manaus. Segundo o *Correio* e *O Estado de S. Paulo*, a cronologia foi aspecto fortemente ressaltado durante o depoimento de Campêlo, uma vez que os dados apresentados por ele estavam em desacordo com o declarado pelo general: além da notificação do dia 07/01/2021, no dia 09/01/2021 realizou-se um segundo pedido em relação à logística do transporte, do qual Campêlo disse não ter conhecimento sobre uma resposta. Por outro lado, para a *Folha de S. Paulo*, o que os dois outros periódicos avaliaram como uma discordância cronológica não configura uma contradição entre os depoentes, e sim uma “confirmação parcial”, por parte do ex-secretário, da versão dada por Pazuello. Para a *Folha*, o ex-ministro, em seu depoimento, teria dito que havia conversado com Campêlo na noite do dia 07/01/2021, mas o assunto era apenas de “auxílio logístico para o transporte” - como dito pelo secretário - e não sobre um “colapso de oxigênio”, problema do qual só teria conhecimento três dias depois. Mesmo que tenha concordado com Pazuello sobre as datas, a *Folha* ressaltou a discordância na afirmação de Campêlo sobre a ausência da resposta por parte do Ministério da Saúde dos pedidos de auxílio. Ainda sim, o entendimento dos senadores é de que há uma contradição nas datas apresentadas, afirmou o periódico. Por fim, o jornal destacou a fala do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que apontou que documentos recolhidos pela CPI indicam que “seis meses antes do colapso do fornecimento de oxigênio já havia indícios do problema”. Segundo a *Folha*, dois documentos sigilosos enviados à CPI comprovam que sob o comando de Pazuello, o Ministério da Saúde projetava, em novembro de 2020, que 50% da população brasileira estaria vacinada até julho de 2021, possibilitando assim a retomada das atividades a partir daquele momento, inclusive apontando que o Brasil poderia auxiliar na imunização de países vizinhos. Entretanto, até junho de 2021, somente 11,4% da população recebeu as duas doses da vacina. (*Correio Braziliense* - Política - 16/06/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 16/06/21; *Folha de S. Paulo* - Saúde - 18/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 14/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 15/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 16/06/21)

10- Exército é afastado da fiscalização de clubes de tiro e armamentos, enfraquecendo rastreamento

Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, Antônio Rangel Bandeira, sociólogo, autor da obra “Armas Para Quê?” e ex-consultor da Organização das Nações Unidas (ONU), ressaltou a flexibilização dos decretos e atos contra o Estatuto do Desarmamento, editados pelo presidente Jair Bolsonaro. A mudança diz respeito à elevação do número de armas que os atiradores esportivos podem adquirir, de 16 para 60, por ano, contou Bandeira. Desse total, metade

corresponde às de grosso calibre, que são mal vistas por esportistas, mas “empunhadas pelo número crescente de milicianos que praticam nos clubes”, ressaltou o sociólogo. O Exército, responsável por portarias de rastreamento, tem sido afastado da fiscalização dos clubes e dos carregadores de munição, assim como foi retirado do controle da venda de miras telescópicas e quebras-chamas, medida que, segundo Bandeira, beneficia criminosos. Após a detecção de desvio de armamentos, o Exército promulgou portarias que aperfeiçoaram o rastreamento, mas que não foram adiante, uma vez que o presidente as anulou. Para o sociólogo, “os decretos canalizam armas e munições para as mãos de milicianos, baderneiros e traficantes”. Em transmissão ao vivo do dia 17/06/2021, Bolsonaro defendeu o armamento da população, citando o recente caso do foragido Lázaro Barbosa de Sousa, suspeito de assassinar uma família no Distrito Federal. Segundo o presidente, “arma é segurança, arma é vida”, acrescentando que “arma não mata, quem mata é o elemento que está atrás dela”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 16/06/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/06/21).

11- Ministro da Defesa solicitou aumento da verba para as Forças Armadas, ressaltando possível sucateamento de equipamentos militares

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, pediu aumento da “curta” verba para as Forças Armadas até 2023, alertando para o risco de sucateamento dos equipamentos para a Defesa. O pedido feito pelo ministro é de R\$18,8 bilhões, enquanto que o orçamento é de R\$10,4 para gastos discricionários, afirmou o periódico. A proposta, segundo Paulo Guedes, ministro da Economia, está em fase inicial e ainda não foi respondida. A *Folha* apontou que, ao passo que os gastos com a Defesa foram elevados durante o governo Bolsonaro, o investimento na pasta foi reduzido. Na visão do ministro da Defesa, um corte nos recursos poderia afetar a imagem do Brasil no cenário internacional. Por outro lado, um “cenário mais farto” permitiria a continuidade dos contratos de modernização, a realização de missões de paz, e de ações de Garantia da Lei e da Ordem, ressaltou o ministro. Ainda, segundo o periódico, a Defesa afirmou, em nota, que o orçamento para 2022 não inviabilizaria as ações, mas dificultaria “o cumprimento das missões constitucionais e subsidiárias pelas Forças Armadas”. (Folha de S. Paulo - Mercado - 16/06/21)

12- Vacinação de contingente do Exército indica calendário prioritário para militares

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, o Exército convocou militares da ativa com até 43 anos de idade para se vacinar contra a covid-19. No Distrito Federal (DF), no entanto, a faixa etária convocada ainda está entre indivíduos de 50 a 59 anos, em virtude da falta de doses. Esse avanço do calendário no Exército, apontou a *Folha*, pode contrariar notas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde, que guiam a vacinação no país. O Ministério, em resposta a questionamentos do jornal, afirmou que o envio antecipado de doses se destina a trabalhadores que “atuam no atendimento ou transporte de pacientes, no resgate ou atendimento pré-hospitalar, em ações de vacinação e em ações de implantação e monitoramento de medidas de distanciamento social”. A Secretaria da Saúde, por sua vez, ressaltou que o Ministério da Saúde atribuiu

às Forças Armadas a classificação “prioritária” para a vacinação, e não respondeu sobre as doses distribuídas pelo Exército. (Folha de S. Paulo - Saúde - 16/06/21)

13- Auditoria do Tribunal de Contas da União apontou que o governo subavaliou valores do regime previdenciário dos militares

Em coluna para a *Folha de S. Paulo*, a jornalista Mônica Bergamo afirmou que uma auditoria financeira acerca da Previdência Social, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), avaliou que o governo de Jair Bolsonaro subavaliou o valor correspondente aos militares, ao passo que supervalorizou o quantitativo referente ao regime dos servidores civis da União. Bergamo apontou que, quando se referiu aos militares, o governo deixou de levar em conta uma série de reajustes, subavaliando um quantitativo de R\$ 45,5 bilhões. Por outro lado, no que concerne aos servidores civis, o governo disse que irá “gastar mais do que de fato desembolsará”, apontou a jornalista. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 16/06/21)

14- Jornalista nota semelhanças em discursos de Temer e Mourão

Em coluna ao *Correio Braziliense*, a jornalista Denise Rothenburg notou semelhanças entre a carta do então vice-presidente Michel Temer à presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2015, e o discurso do vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão em entrevista para *O Globo*, publicada em 17/06/2021. Para a jornalista, Mourão jurou fidelidade e lealdade ao presidente Jair Bolsonaro, mas tornou evidente que se sente desconfortável por não participar das reuniões governamentais. Rothenburg fez a ressalva de que, enquanto a carta de Temer foi "vista como um sinal verde para o processo de impeachment", a entrevista do general "por enquanto, é só uma forma de marcar as diferenças em relação a Bolsonaro". (Correio Braziliense - Política - 18/06/21)

15- Pedido do Ministério Público busca manter a investigação de atos antidemocráticos

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União pediu informações ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre inquérito que apura a organização, financiamento e divulgação de atos antidemocráticos que estimulavam intervenção militar e fechamento de instituições, com faixas pedindo “intervenção militar com Bolsonaro no poder”. O requerimento é assinado pelo procurador Lucas Rocha Furtado e tem o objetivo de apurar se houve uso de recursos públicos nas manifestações. O jornal relatou que o pedido será analisado pelo relator do caso no STF, o ministro Alexandre de Moraes e, se autorizado, pode gerar uma nova frente de investigação. Essa iniciativa ocorre, conforme pontuou o *Correio*, num momento em que o inquérito original corre o risco ser arquivado, por pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que vê falta de indícios claros de envolvimento de pessoas com foro nos crimes investigados. (Correio Braziliense - Política - 18/06/21)

16- Partidos da oposição acionam a Justiça contra sigilo do Exército sobre o caso da não punição a Pazuello

O jornal *O Estado de S. Paulo* relatou que quatro partidos da oposição ao presidente Jair Bolsonaro – PT, PCdoB, PSOL e PDT – acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o sigilo de 100 anos, imposto pelo Exército, sobre o procedimento administrativo disciplinar instaurado contra o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Pazuello foi processado, se defendeu da acusação e não foi punido por ter participado de ato político no Rio de Janeiro junto ao presidente, em 23/05/2021, o que é proibido a integrantes das Forças Armadas. O jornal informou que a relatora será a ministra Cármen Lúcia. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/06/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).